STJ00102299

Giselle Marques de Araújo

FUNÇÃO AMBIENTAL DA PROPRIEDADE PRIVADA

SOB A ÓTICA DO STF

Curitiba
Juruá Editora
2015

STJ00102299

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-5193-6

JURUÁ EDITORA **Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 – Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Araújo, Giselle Marques de.
A663 Função ambiental da propriedade privada: sob a ótica do STF./ Giselle Marques de Araújo./ Curitiba: Juruá, 2015.
176p.

1. Direito ambiental. 2. Meio ambiente – legislação. I. Título.

CDD 343.096 (22.ed.)
CDU 347.79

00199

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 21

Capítulo 1
A DIMENSÃO AMBIENTAL DA PROPRIEDADE 23

1.1 Introdução 23
1.2 Desafios da Humanidade e do Estado Contemporâneo 24
1.3 A Propriedade e o Meio Ambiente 26
1.4 Degradação Ambiental e Cultural 30
1.5 O Fenômeno da Publicização da Propriedade 33
1.6 O Papel do Estado 37
1.7 O Protagonismo da Sociedade Civil 41
1.8 Considerações Finais 44

Capítulo 2
DO PARADIGMA DO DIREITO SUBJETIVO À FUNÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DA PROPRIEDADE PRIVADA 45

2.1 Introdução 45
2.2 A Pré-Modernidade 46
2.3 A Modernidade 50
2.4 A Pós-Modernidade 53
2.5 A Desconstrução do Direito Subjetivo 54
2.6 Considerações Finais 58

Capítulo 3
A NOVA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL FACE AO DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE 61

3.1 Introdução 61
3.2 A Hermenêutica Tradicional 62

STJ00102299

3.3 A Nova Hermenêutica: pela Concretude da Constituição 65
3.4 O STF e a Hermenêutica Contemporânea 67
3.4.1 A sociedade aberta dos intérpretes 67
3.4.2 A ótima concretização da norma 70
3.4.3 O fato e a força enunciativa da norma 75
3.5 A Tensão entre Meio Ambiente e Propriedade Privada sob a Ótica do Supremo Tribunal Federal 76
3.5.1 Conflito de interesses: individual x coletivo 77
3.5.2 O (des)cabimento de indenização nas desapropriações por interesse ambiental 78
3.5.3 A questão do amianto 80
3.5.4 O conflito entre meio ambiente e propriedade à luz do devido processo legal 84
3.5.5 Novas premissas metodológicas 87
3.6 Considerações Finais 88

Capítulo 4

FUNÇÃO AMBIENTAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 91

4.1 Introdução 91
4.2 O Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado no Âmbito da Teoria Geral dos Direitos Fundamentais 93
4.3 A Propriedade Enquanto Garantia Constitucional 99
4.4 Função Social e Função Ambiental da Propriedade: Similitudes e Distinções 105
4.4.1 A função social 105
4.4.2 A função ambiental 107
4.4.3 A função ambiental à luz do método indutivo-dedutivo de Aristóteles 116
4.4.4 A crítica de Popper 118
4.4.5 O desenvolvimento sustentável no Pantanal (função social x função ambiental) 121
4.4.5.1 A função ambiental em face dos regimes de apropriação do bem ambiental 124
4.4.5.2 A função ambiental sob a concepção metodológica de Thomas Kuhn 126
4.4.5.3 Função social x função ambiental: quando a segunda se opõe à primeira 128

STJ00102299

4.5 Função Ambiental e Constitucionalização do Direito Civil 131
4.6 Direitos Expressos e Garantias Fundamentais Implícitas 133
4.7 Função Ambiental da Propriedade Urbana 135
4.8 Função Ambiental da Propriedade Rural 136
4.9 O STF e a Função Ambiental da Propriedade 136
4.9.1 Reclamação 3.437-2 137
4.9.2 Mandado de Segurança – MS 24547/DF 137
4.9.3 ADI 2623 MC/ES – Espírito Santo 141
4.9.4 Mandado de Segurança MS 22164/SP – São Paulo 142
4.10 Considerações Finais 144

CONCLUSÃO 147

REFERÊNCIAS 153

ÍNDICE ALFABÉTICO 163